

Parque aquático é alvo de ação da CPRH

Uma série de irregularidades ambientais foram encontradas no Coqueiral Park, em Olinda. O Ministério Público requereu a interdição

ADELMO LUCENA

A Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) identificou uma série de irregularidades ambientais no funcionamento do parque aquático Coqueiral Park, localizado em Ouro Preto, em Olinda, incluindo intervenções em Área de Preservação Permanente (APP) às margens do Rio Frágoso e descumprimento de medidas compensatórias. O empreendimento está sem licença de operação válida, foi multado, teve obras em andamento e segue sob análise do órgão ambiental.

As irregularidades foram constatadas em

visitas técnicas realizadas em novembro de 2024 e junho de 2025. De acordo com a CPRH, parte do parque está situada na faixa de 30 metros da APP do Rio Frágoso, o que configura ocupação irregular.

Também foram identificadas atividades de extração mineral sem autorização, construção de um barramento de concreto no leito do rio, alterando seu curso natural, e descarte inadequado de resíduos da construção

civil em área protegida.

MULTA

Diante das irregularidades, a CPRH lavrou auto de infração, aplicou multa de R\$ 5 mil, embargou atividades no local e determinou a apresentação de um Plano de Gestão da Qualidade Ambiental (PGQA), incluindo a recuperação da área degradada. Entre as exigências está o replantio de espécies nativas da Mata Atlântica, previsto em termo de compromisso que, segundo o órgão, não foi cumprido.

De acordo com o MPPE, o Coqueiral Park opera sem alvará da Prefeitura de Olinda e com licença sanitária vencida

O pedido de renovação da Licença de Operação, protocolado em outubro de 2024, foi inoticiado pela CPRH com base nas irregularidades constatadas. A empresa apresentou defesa administrativa e um novo plano ambiental, e o processo segue em análise. O órgão não descarta a possibilidade de regularização futura, desde que o empreendimento se adequa às exigências legais.

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por sua vez, ajuizou uma ação civil pública pedindo a interdição imediata

do parque, alegando riscos aos frequentadores, danos ambientais e funcionamento irregular.



De acordo com a CPRH, o parque realizou intervenções em uma área de preservação

de preservação

LICENÇAS

Além das infrações ambientais já apontadas pela CPRH, o parque opera sem alvará da Prefeitura de Olinda, com certificado do Corpo de Bombeiros vencido desde 2019 e licença sanitária expirada desde 2024. O órgão também destaca que o empreendimento funciona há mais de 20 anos em área de mata

atlântica e que há histórico de descumprimento de determinações ambientais.

Na ação, protocolada em março deste ano, o MPPE pede a interdição do parque, a recuperação integral da área degradada e o pagamento de R\$ 2 milhões por danos morais coletivos.

A Prefeitura de Olinda informou, por meio de nota, que o caso está judicializado e que ainda não foi intimada de decisão. Segundo o município, assim que houver notificação oficial,

as medidas serão adotadas conforme determinação da Justiça.

Já a CPRH reforçou que o empreendimento permanece sem licença válida e que novas visitas devem ser realizadas para verificar o cumprimento das exigências ambientais.

A reportagem do Diário de Pernambuco entrou em contato com a administração do Coqueiral Park para comentar as denúncias, mas não houve resposta até o fechamento desta edição.

VENDA ILEGAL

Operação resgata mais de 100 aves

ADELMO LUCENA

Uma operação da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) resultou no resgate de 156 aves silvestres que estavam sendo comercializadas de forma irregular na Feira do Cordeiro, na Zona Oeste do Recife. A ação ocorreu neste fim de semana e também levou à aplicação de R\$ 80,2 mil em multas.

De acordo com a CPRH, entre os animais apreendidos, 122 são de espécies nativas e 34 de origem exótica. Todos foram encaminhados ao Cen-

tro de Triagem de Animais Silvestres (Cetras Tangará), localizado no bairro da Guabiruba, na Zona Norte da capital.

A operação foi realizada em conjunto com a Delegacia de Polícia de Meio Ambiente (Depoma) e o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA). Durante a ação, também foram registrados 10 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) e apreendido um veículo utilizado no transporte ilegal de animais, que estava carregado com diversas aves.

Entre as espécies resgatadas

estão patativas, canários, papacapins, azulões, trinca-ferros, galos-de-campina, curiós, sanhaçus, sibitos e tizius, além de aves exóticas.

Segundo o gerente da Unidade de Gestão de Fauna da CPRH, Iran Vasconcelos, os animais passarão por um processo de reabilitação antes de serem devolvidos à natureza. "Eles serão submetidos a procedimentos como vermifugação e recuperação física, até estarem aptos para a soltura em um ambiente natural", explicou.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAQUEIRA AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO

Processo Licitatório PMJ nº 012/2026. Pregão Eletrônico nº 003/2026. Compra. A AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO BASCULANTE E EQUIPAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE JAQUEIRA/PE, VINCULADO À PROPOSTA Nº 057447/2025, consoante especificações, quantidades e condições estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência). Valor global do item único: R\$ 558.500,00. Data para cadastro da proposta: a partir do dia 14/04/2026 até às 09h:30min do dia 27/04/2026. Abertura da Sessão de lances: 27/04/2026 às 10h:00min (horários de Brasília), site www.bnc.org.br. Edital, anexos e outras informações no site www.bnc.org.br, no site <https://www.jaqueira.pe.gov.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Departamento de Licitação, localizado na sede da Prefeitura à Avenida Francisco Pellegrino, nº 162, Centro, Jaqueira - PE (CEP: 55.409-000), ou através do fone/fax (81) 3689-1524, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira, ou, ainda, através do e-mail licitacao@jaqueira.pe.gov.br. Jaqueira (PE), 13 de abril de 2026. CRISTIANO GUSTAVO DE ANDRADE Agente de Contratação | Pregoeiro.

PREFEITURA DO RECIFE GABINETE DE GERENCIAMENTO DO PROMORAR GRUPO DE CONTRATAÇÃO PROMORAR 001 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2025 na modalidade, LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL - LPN Nº 012/2025 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, ERRADICAÇÃO DE INDIVÍDUOS ARBÓREOS ISOLADOS, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, BEM COMO MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANTIO, EM ÁREAS DE ENCOSTA E EM COMUNIDADES DE INTERESSE SOCIAL NO RECIFE/PE. O valor máximo admitido para esta licitação R\$ 17.967.931,38 (dezesete milhões, novecentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e um reais e trinta e oito centavos). Local e Data de abertura: Prefeitura do Recife, situado à Av. Cais do Apolo, 925 - Bairro do Recife; 25/05/2026, às 11:00 horas. A sessão será realizada na sala de reunião do Gabinete de Gerenciamento do Promorar, no térreo, do edifício sede da Prefeitura do Recife, o edital e seus anexos estarão à disposição aos interessados no endereço eletrônico: <http://www.recife.pe.gov.br/portalcompras/> e no site <https://promorar.recife.pe.gov.br/aquisicoes/>. Recife 10/04/2026. Michelline Bezerra de Oliveira Beltrão - Agente de Contratação do GC Promorar 001.